



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Catarina, desde 2017 é proprietária de uma empresa que presta serviços domésticos. Diariamente ela e sua equipe se descolam até residências do Município de Araras, onde residem, para prestar os serviços ofertados que podem ser desde limpeza de residências até cortes de grama e jardinagem.

Quinze dias atrás, ao se deslocar para o trabalho dirigindo a van da empresa que havia acabado de adquirir por meio de um financiamento com pagamento mensal, com todas as suas colaboradoras a bordo, Catarina foi surpreendida com uma batida frontal de um automóvel de propriedade do Município, que estava realizando uma ultrapassagem em via pública e em local proibido.

Rapidamente populares chamaram socorro. Ao dar entrada no hospital e passar por exames, Catarina foi diagnosticada com duas fraturas, uma no ombro direito e uma no joelho esquerdo, que precisou de cirurgia de emergência, além de uma grave batida na cabeça e escoriações pelo corpo.

Após a cirurgia os médicos informaram que Catarina precisaria de no mínimo 6 meses de repouso total após passaria por uma nova avaliação para averiguarem as condições do seu retorno as atividades.

A perícia constatou que o velocímetro do carro pertencente ao município parou em 140 km/h, sendo a velocidade incompatível com a via urbana.

Com o ocorrido, Catarina contraiu uma dívida enorme com o hospital e com a compra de medicamentos, além de já estar com 2 prestações em atraso de sua van, não conseguindo trabalhar, impossibilitada de pagar suas dívidas, e precisando de ajuda inclusive para as necessidades básicas, passou a entrar em uma grave depressão.

Orientada por seus familiares, procurou advogado e entrou com Ação indenizatória requerendo seus direitos. Proposta a ação em face ao Município Araras, o juízo sentenciou negando provimento ao feito, alegando ilegitimidade passiva do Município e conseqüentemente por incabíveis as indenizações pleiteadas, fundamentando que o legitimado deveria ser o servidor que estava dirigindo no momento do acidente. Proposta apelação, o relator monocraticamente indeferiu o recurso corroborando com a tese do juízo a quo de que o Município é ilegítimo para compor o polo passivo.

Diante dos fatos, Catarina procura você, com a finalidade de recorrer da decisão monocrática e garantir seu direito à indenização.

Obs.: o examinando deve apresentar os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Por enfrentar muitas dificuldades com a coleta e destinação do lixo urbano, o Município Beta objetiva formalizar uma parceria público privada, na modalidade concessão administrativa.

Para isso, publicou edital disponibilizando aos interessados o critério de julgamento como sendo a melhor técnica e menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração, além de prever a obrigatoriedade da constituição de uma sociedade de propósito específico a quem vencer o processo licitatório.

A empresa Cidade Limpa, interessada em participar da licitação, procura você, como advogado (a), a fim de esclarecer, fundamentadamente, as dúvidas a seguir:

- A) É válida a combinação de critérios de julgamento estabelecida no instrumento convocatório? (0,60)
- B) É lícita a exigência editalícia no sentido de impor a criação de uma sociedade de propósito específico para a formalização do contrato em questão? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marinês foi aprovada para o cargo de recursos humanos no Ministério do Trabalho no qual adquiriu estabilidade. Contudo, em decorrência de conduta dolosa por ela praticada que violava princípios da Administração Pública passando por um processo administrativo, ao final do julgamento que garantiu o contraditório e ampla defesa, Marinês foi demitida em decorrência do ato de improbidade.

Depois de tal evento, passados 20 anos, Marinês decidiu fazer novo concurso, mas ao ler o edital, verificou impedimento de quem foi demitido do serviço público, independente do tempo.

Diante desta situação Marinês contrata você, questionando:

A) Marinês pode ser demitida por improbidade em processo administrativo, independentemente de decisão na esfera judicial? (0,65)

B) É válida a vedação à nomeação em novo concurso em decorrência de candidato já demitido do serviço público, independente do tempo que já passou da demissão? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Marla foi nomeada a um cargo de comissão como assessora da Secretaria de Educação do Estado Beta. Ao fim do tempo do Governo, por ter desempenhado um excelente papel na sua função, foi cedida para desempenhar o mesmo cargo de assessoria em uma Sociedade de Economia Mista do mesmo Estado.

Nesse mesmo período, o Governador do estado editou uma lei que garantia estabilidade a todos empregados públicos do Estado Beta.

Diante da situação, responda:

A) É válida a cessão de Marla a Sociedade de Economia Mista do mesmo Estado? (0,60)

B) A lei editada pelo governador é constitucional? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Determinada sociedade de economia mista estadual, necessitando adquirir bens para continuidade dos seus serviços, divulgou no edital a marca necessária a padronização dos seus equipamentos.

A empresa Teclog, ofereceu a melhor proposta, mas a Sociedade Netmax, considerou equivocado o julgamento, pretendendo para tanto apresentar recurso administrativo, apresentando suas impugnações, antes de procederem com a habilitação.

Diante dessa situação hipotética, responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

A) É válida a indicação de marca pela sociedade de economia mista em questão? (0,65)

B) É cabível a interposição do recurso administrativo pretendido pela sociedade Netmax antes da habilitação? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel e Felipe Duque



@ProfIgorMaciel

@felipe_duque